



Vini seria acusado de ter citado práticas sexuais de colega

Vini não se defende; investigação sobre Bene segue em curso

O vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) deixou transcorrer o prazo para apresentar defesa na investigação conduzida pela Corregedoria da Câmara de Campinas por suposta infração ao Código de Ética Parlamentar, em relação a uma suposta citação desonrosa sobre o também vereador Bene Lima (PL-SP). Com isso, o processo entra na fase de elaboração do relatório conclusivo, que será produzido pelo corregedor Carlinhos Camelô (PSB-SP). O documento poderá recomendar o arquivamento, sugerir providências ou indicar ao plenário a aplicação de medida disciplinar. A ausência de manifestação não encerra o caso nem representa reconhecimento de culpa, mas permite o prosseguimento da apuração sem defesa nesta etapa. O relatório será encaminhado à Presidência da Câmara para as medidas previstas no regimento.

Teor do caso

A investigação teve início após representação apresentada por Lima, que teria sido citado em um vídeo com teores de caráter sexual, contrariando as normas de conduta e respeito institucional previstas no Código de Ética da Câmara. Vini foi notificado pessoalmente em 16 de junho e recebeu prazo de 15 dias úteis para apresentar defesa. A contagem foi interrompida no recesso parlamentar de julho, retomada em 3 de agosto e encerrada em 7 de agosto.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Representação contra Vini foi feita por Bene Lima (PL-SP)

Próximos passos

Com o encerramento do prazo, a Corregedoria declarou a revelia administrativa, instrumento que permite a continuidade da investigação mesmo sem a defesa do parlamentar. Ao concluir a análise, o relatório poderá indicar o arquivamento do caso, recomendar providências ou apontar eventual descumprimento do Código de Ética. Entre as sanções previstas, advertência por escrito, suspensão do uso da palavra nas sessões e suspensão temporária do mandato por até 90 dias, com perda da remuneração.

Processo paralelo

O procedimento da Corregedoria é independente da Comissão Processante (CP) que também investiga Vini Oliveira. Os dois casos possuem fundamentos e consequências distintas. Enquanto a CP pode resultar na cassação do mandato, a investigação ética se limita às penalidades previstas no Código de Ética. A CP segue, depois de decidir não usar os vídeos enviados pela imprensa ao Legislativo.

PINGA-FOGO

Grito dos Invisíveis 2026

Um debate sobre políticas públicas para pessoas em situação de rua será realizado na sexta-feira (21), às 15h, na Casa da Cidadania, em Campinas. A atividade integra a programação do Grito dos Invisíveis 2026, promovido pelo Instituto Há Esperança e reunirá coordenadores de serviços da Prefeitura nas áreas de Educação, Emprego e Moradia.

Situação de Rua

A discussão antecede a segunda edição do Dia Nacional de Luta da Pessoa em Situação de Rua, marcada para sábado (22). Campinas tem cerca de 4 mil indivíduos nesta condição, sendo a 9ª cidade brasileira com maior contingente. O cenário será discutido durante a atividade, que pretende reunir representantes do poder público.

Casa da Cidadania

No sábado, a partir das 9h, a Casa da Cidadania fará atividades abertas ao público. A programação inclui apresentações musicais e esportivas, atendimento jurídico com advogados voluntários, consultas médicas e psicológicas, sessões de massoterapia e atendimento odontológico. Também haverá Varal Solidário.

Serviços

Haverá ainda serviços de barbeiro e cabeleireiro, orientação profissional e oportunidades de emprego. A programação será realizada na própria Casa da Cidadania, na Rua Francisco Teodoro, 138, na Vila Industrial. A iniciativa está relacionada ao Dia Nacional de Luta da Pessoa em Situação de Rua, celebrado em 19 de agosto.

Massacre da Praça da Sé

A data remete ao Massacre da Praça da Sé, ocorrido em 2004, e marca a mobilização pela defesa dos direitos dessa população. O evento também terá praça de alimentação, com churrasco. Para o organizador Robson Gondin, a ação busca ampliar a visibilidade e o respeito aos direitos das pessoas em situação de rua.

Acesso a direitos

As discussões sobre o tema incluem ações intersetoriais e políticas voltadas a educação, trabalho, moradia e atendimento social. A programação também busca aproximar a população dos serviços públicos, ampliando o acesso sobre direitos, oportunidades de trabalho e atendimento social em Campinas.



Mais de 70% das infrações envolvem corredores de ônibus

Duas avenidas somam quase 60% das infrações de trânsito

Dados são referentes a flagrantes por videomonitoramento da Emdec

Da Redação

Quase 60% das infrações de trânsito registradas pelas câmeras de fiscalização remota da Emdec (autarquia municipal responsável pelo trânsito de Campinas) entre janeiro e julho de 2026 ocorreram nas avenidas Dr. Moraes Salles e das Amoreiras. Juntas, as duas vias concentraram 10,6 mil das 18,1 mil autuações emitidas por agentes da mobilidade urbana, popularmente conhecidos como ‘amarelinhos’.

A Moraes Salles lidera o ranking, com 7,8 mil registros, seguida pela Amoreiras, com 2,8 mil. Na sequência, aparecem Benjamin Constant, com 1,8 mil, João Jorge, com 1,4 mil, e José Amgarten, com 1,1 mil ocorrências.

O cruzamento da Moraes Salles com a rua Irmã Serafina é o ponto com maior número de infrações, somando 7,7 mil flagrantes no período.

A via possui quatro câmeras de fiscalização, além de um equipamento instalado na Francisco Glicério, no cruzamento com a avenida.

Segundo a Emdec, a irregularidade mais frequente no local é a transposição proibida de pista, que gera conflitos com veículos que trafegam corretamente e afeta um tre-

cho de circulação intensa de ônibus. No corredor da Amoreiras, as câmeras instaladas próximas às estações do BRT registram principalmente invasões da faixa exclusiva por veículos de passeio. Em um dos casos, o motorista deixa a faixa apenas ao perceber a aproximação do ônibus e, ao retornar à pista comum, provoca conflito com os demais veículos. As duas infrações mais recorrentes representam mais de 70% das autuações feitas por fiscalização remota. Foram 7,7 mil registros por transposição irregular de pista e 5 mil por uso indevido dos corredores exclusivos de ônibus. Também aparecem estacionamento irregular, conversão à esquerda, retorno proibido, avanço de sinal vermelho, uso irregular de vaga rápida, estacionamento sobre calçada, estacionamento em ponto de táxi e licenciamento vencido. Os equipamentos estão instalados em locais com registros de sinistros e irregularidades. Segundo a Emdec, a fiscalização busca ampliar o alcance dos agentes e reduzir conflitos no trânsito. As ocorrências se distribuem de forma equilibrada pelos dias da semana, mas há concentração entre 15h e 17h, período que registrou mais de 8,8 mil infrações.